

A INSCRIÇÃO DO PROUNI NAS POLÍTICAS DE AÇÕES AFIRMATIVAS

Idalina S. Mascarenhas Borghi¹

Resumo: Neste trabalho transito na busca de problematizar algumas marcas históricas da criação do PROUNI. Pressupõe-se que nas redes de relações subterrâneas, jovens populares constroem fissuras na lógica historicamente estabelecida, rompendo com a ideia de que a “Universidade não é lugar para pobre e por meio da inserção no ensino superior afirmam suas potencialidades e reverterem o estigma da incapacidade.” A reflexão foi subsidiada pelas contribuições de Nobert Elias e Boaventura de Souza Santos e aponta pistas para maior aprofundamento no que concerne a construção das redes de socialização de saberes de jovens populares e seus grupos sociais.

Palavras-chave: jovens, redes de socialização de saberes, Universidade, potencialidades, estigma.

A presente reflexão configura-se como uma das aproximações que venho sistematizando para compreender os eixos balizadores do meu objeto de estudo. Portanto, considero parte da minha pesquisa de doutorado que tem como título *Uma margem outra*: itinerância de jovens populares que acessaram o ensino superior através do ProUni, a qual objetiva compreender as redes de relações dos estudantes para identificar as implicações destas, na construção de vínculos positivos com o saber escolarizado.

Nesta primeira aproximação são identificadas algumas marcas históricas da criação do referido programa, reconhecendo a importância do movimento negro e outros movimentos sociais como instrumentos de reivindicação de ações afirmativas no Brasil. O texto é conduzido por um diálogo reflexivo na tentativa de sistematizar o conceito de ações afirmativas e a partir da tessitura de algumas teias que margeiam a relação indivíduo sociedade, problematiza-se a ideia de redes de relações subterrâneas, ao tempo em que aponta para a urgência de se pensar a Universidade para além do espaço

¹Doutoranda na Universidade Federal da Bahia (UFBA), professora na Faculdade Social da Bahia (FSBA), membro do grupo de Pesquisa Formacce, integrante da coordenação colegiada do Centro Multidisciplinar de apoio Pedagógico e Psicossocial (CeMAPP).
idborghi@yahoo.com.br



de relação com o saber científico, demarcando a força de pessoas e grupos sociais no rompimento do que lhe é instituído e na invenção de possibilidades outras de pertencimento. No percurso, são desveladas algumas hipóteses sobre a construção de vínculos entre estudantes e universidade, os quais, nem sempre, estão diretamente relacionados à efetiva convivência com este universo. Em algumas circunstâncias, as redes de relações são silenciosas e se estabelecem nos encontros do cotidiano com pessoas que imprimem marcas de referências com o saber acadêmico.

Neste sentido, denomino estas redes como *Redes de relações Subterrâneas*, isto é, redes de relações construídas a partir de conhecimentos tácitos das famílias e grupos sociais com os quais estudantes se relacionam. Elas existem mas são silenciadas e, por conta deste silenciamento, evocamos a ideia de redes de relações submersas, todavia, não é meu interesse tratar a dimensão subterrânea como algo que está soterrado e que precisa de alguém para escavar e fazê-lo emergir. A ideia de redes de relações subterrâneas que desejo imprimir vincula-se as redes de construção de saberes que estão submersos por falta de visibilidade e legitimidade, mas estão presentes no cotidiano, circulam positivando a relação entre jovens de classes populares e saberes escolarizados. A meu ver, às redes de relações subterrâneas constituem elos significativos na construção de subjetividades humanas, e longe de ser uma “subjetividade conformista”, figura-se como uma “subjetividade rebelde”, porque, enquanto rasura o discurso estabelecido, traz para o centro da discussão uma realidade que a lógica normalizada decretava improvável.

O ProUni inscreve-se nas políticas de ações afirmativas do Brasil e, enquanto ação de política pública, inicia-se em 2005 com a medida provisória nº 213, de 10 de setembro de 2004 que o instituiu. Enquanto ação voltada para a reparação de direitos negados aos grupos sociais marginalizados, o referido programa se inscreve como uma tentativa de favorecer o acesso de pessoas das classes populares ao ensino superior, o que sem dúvidas, não pode ser pensado dissociado de uma política de permanência, sendo este um dos indicadores de que o programa está se efetivando como ação afirmativa ou não, entendida aqui, como política pública ou privada que busca corrigir distorções sociais, assegurando direitos aos grupos sociais historicamente discriminados, ou como ressaltaram Silva; Silva e Rosa (2009), “[...] estas ações tem como objetivo garantir o acesso a recursos, visando remediar uma situação de desigualdade considerada socialmente indesejável”.

Contudo, parece fundamental sinalizar que o Governo Federal resolveu consolidar um projeto, que na realidade, já estava sendo forjado desde 1930, quando das primeiras manifestações feitas pelo movimento negro para garantir o direito desta população à educação, visto ser este um grupo social que historicamente foi afetado por formas brutais de discriminação racial e, no que pese ao acesso aos meios de produção de conhecimentos legitimados, imprimiu marcas de lutas contínuas para criar e recriar estratégias de enfrentamento do racismo disseminado nas mais variadas formas de relações sociais, tendo esse racismo criado dessimetria entre brancos e negros que acessaram e acessam os espaços escolarizados.

Como desdobramento dessas reivindicações do movimento negro, em 1980, surgem os cursinhos pré-vestibulares e as denúncias contra os baixos índices de pessoas negras no ensino superior, constituindo-se as principais formas de articulação do movimento em destaque, para fomentar um posicionamento do poder público face às violentas desigualdades socioeconômicas que afetavam o referido grupo étnico.

Ao lembrar a importância do movimento negro como esfera social que denunciou a exclusão de pessoas das classes populares no ensino superior, não se pretende minorar o papel de outros movimentos sociais e organismos nacionais e internacionais de reconhecida relevância na luta por ações afirmativas. No caso da juventude, por exemplo, observamos a força de organizações juvenis que das mais variadas maneiras pressionaram, direta ou indiretamente, a implementação de políticas públicas para a concretização de direitos humanos dos jovens, sobretudo, os pertencentes aos grupos pauperizados. Destaco aqui, a revolta do Buzu-Salvador, em 2003, o movimento passe livre iniciado com a revolta das catracas em Florianópolis (2004), dentre tantos outros que, focalizando uma situação específica, apontaram altos índices de vulnerabilidade de jovens em situações sociais, a exemplo da educação, emprego, saúde e violência. Todavia, o que não é possível omitir é o fato dos grupos sociais em situação de desvantagem socioeconômica serem formados, eminentemente, por pessoas de etnia negra e, portanto, quando se trata da exclusão de jovens pauperizados do ensino superior não se tem o direito de esquecer que, em grande medida, fala-se de jovens negros afetados diretamente pela negação de direitos humanos elementares.

As reações apresentadas por movimentos inconformados com o não lugar das pessoas pauperizadas e de grupos étnicos na educação superior, provocam o rompimento de uma lógica determinista que decreta aos jovens a reprodução da

condição socioeconômica dos seus pais, o que até então significava dizer que filhos (as) de pais pobres seriam pobres e filhos(as) de pais com baixa escolaridade estariam condenados(as) a reproduzirem a condição dos pais.

Na desconstrução dessa lógica determinista e infundada, dialogo com Boaventura de Souza Santos (2007), para o qual a reinvenção da emancipação social confirma a importância dos saberes emanados dos movimentos sociais. Tal contribuição ratifica a tentativa de construção do conceito de redes de relações subterrâneas e lembra que a contemporaneidade aponta para a possibilidade de alteração da ordem política e social. Portanto, filhos de pais com baixa escolaridade podem, sim, acessar níveis elevados de escolaridade. Neste sentido, o ProUni precisa se configurar como uma possibilidade a mais para viabilizar o ingresso de jovens pobres no ensino superior. Mas não se trata apenas do ingresso, pensamos em uma permanência profícua, a qual inclui desde recursos materiais até o que Santos (2007) está concebendo como uma “ecologia de saberes”. Com Boaventura de Souza Santos defendendo um tipo de racionalidade mais ampla, que reconheça os saberes produzidos pelos sujeitos em suas diferentes trajetórias de vida. “Somos ignorantes de certos conhecimentos, mas não de todos” (2007, p. 52).

Ao tecer críticas ao colonialismo, Santos (2007, p. 52) recorda ser este um fator inerente ao capitalismo e, portanto, o colonialismo de caráter social precisa ser combatido para permitir a validação e trânsito de saberes interculturais. Neste viés, critica as teorias² “[...] que compartilham o ideal da unidade do saber, da unidade do saber científico e da sua primazia”. Incluir jovens das classes populares no ensino superior diz da urgência de se provocar um rompimento com a lógica da unidade e primazia do saber científico, o que seria um avanço em direção à aproximação do conhecimento emancipatório.

Neste percurso, compartilho com Santos o desejo de reinvenção do conhecimento emancipatório, que para o autor “[...] tem de ser uma ecologia de saberes, não pode ser simplesmente o saber científico moderno que temos: este é importante, necessário, mas tem de estar incluído em uma ecologia de saberes mais ampla.” (2007, p. 53).

A experiência no ensino superior precisa constituir-se uma trajetória de construção e reinvenção da autonomia crítica. Assim, reinventar o processo emancipatório diz da importância de nos balizarmos, não somente pela dimensão da igualdade, mas também pelo reconhecimento da diferença. Isto pressupõe a abertura de

² Neste texto, especificamente, as críticas são direcionadas à teoria Marxista ou teoria crítica, as quais se propõem a tratar a emancipação enquanto direito de igualdade para todos, sem cuidar dos aspectos concernentes à questão da diferença.

um canal de comunicação entre academia e estudante, de modo que os alunos não se sintam obrigados a renunciar os seus saberes para entrar na lógica da subordinação dos saberes acadêmicos, mas tenham elementos necessários para fazer escolhas conscientes, mesmo quando isto exigir o (des)apego de um saber já construído, como condição para apropriação de outros. Este processo daria margem para experimentarmos o que Santos (2007) chamou de “extensão universitária às avessas” ao invés da universidade levar seus saberes às comunidades, os estudantes levariam os saberes construídos em suas trajetórias para a universidade. Ou melhor, mais do que questionar sobre quem leva os saberes a quem, precisamos criar mecanismos que facilitem o diálogo com saberes mais amplos, suscitados nos variados espaços educativos.

PERTENCER AO NÃO LUGAR: EIXOS DA RELAÇÃO ENTRE UNIVERSIDADE E COMUNIDADE

A história do ensino superior no Brasil tem se confundido com a memória do distanciamento de pessoas das classes populares deste segmento educacional. Não por acaso, as instituições de ensino superior aparecem no cenário brasileiro como um dos espaços de demarcação da imensurável desigualdade social. Por vezes, os discursos da convivência com as diferenças são esvaziados com práticas de intolerância, desrespeito aos saberes construídos pelos estudantes em suas comunidades, movimentos sociais e outros espaços de produção de saberes, resultando na desvalorização da cultura dos jovens de periferia. Em grande medida, a memória do fazer Universitário reporta à cultura dos grupos historicamente privilegiados.

Durante muito tempo os poucos estudantes de classes populares que freqüentavam as IES privadas, beneficiários do FIES, precisavam comprovar renda suficiente para garantir a restituição do benefício, caso não fossem inseridos em tempo hábil no mercado de trabalho. Este fato determinava a delimitação de um público alvo para ser beneficiário do financiamento, deixava a margem os grupos pauperizados e construía o que estou lendo como uma espécie de política de seleção do padrão socioeconômico de pessoas aptas a fazer parte da educação superior privada.

A ausência de estudantes das classes populares nos espaços universitários ganhou tom de legitimidade, isto permite pensar que se o espaço das IES não era acessível a todos, não se estranhava a ausência de jovens pobres no ensino superior. Esta não é a grande descoberta de quem pretende compreender as redes de relações de

jovens de classes populares e suas estratégias de produção de saberes, pois, o não lugar de jovens pobres na educação superior tornou-se uma construção social aceitável, e, com frequência, muitos estudantes com bom desempenho escolar contentavam-se com a impossibilidade de continuar os estudos, acalentados com a ideia de que “Universidade não era coisa para gente pobre”.

Até certo ponto, esta construção se sustentou, mas aos poucos significativas fissuras foram se abrindo e deixando emergir a força de quem, na construção de sua individualidade, influenciava a construção de outras individualidades e se constituía na relação com outros “Eus”, compondo um modo de ser indivíduo em uma determinada sociedade. Compartilhando com Nobert Elias (1994), o pertencimento a uma determinada sociedade não se dá por meio de eleições oficiais. Em grande medida, as pessoas não são convocadas em assembléias para escolher a sociedade que gostariam de fazer parte, esta construção vai acontecendo na cotidianidade, numa relação de trocas que vai compondo a individualidade dos sujeitos e agregando características à sociedade, visto serem, unidades indissociáveis.

Encontro em Elias (1994) pistas para refletir sobre o modo como se tem acostumado pensar o sujeito enquadrado em uma determinada sociedade. As características socioeconômicas e culturais tendem a enquadrá-lo em um tipo de sociedade e não em outra, todavia, é fundante ponderar que as referências de formação de individualidades não são tão pontuais quanto parecem. Até mesmo sem perceber, o encontro entre pessoas pode resultar em um ponto de referência de relevância considerável para a constituição de individualidades. Neste sentido, parece fundamental dialogar com os eixos teóricos delimitados por Elias (1994) quando escreveu Sociedade dos Indivíduos. Nesta obra o autor perspectiva a construção da individualidade na relação com as redes de sociabilidades constituídas com elasticidade. “E é essa rede de funções que as pessoas desempenham umas em relação a outras, a ela e nada mais, que chamamos de sociedade” (p.23). Para o referido autor,

[...] cada pessoa singular está presa; está presa por viver em permanente dependência funcional de outras; ela é um elo nas cadeias que ligam outras pessoas, assim como todas as demais, direta ou indiretamente, são elos nas cadeias que a prendem. Essas cadeias não são visíveis e tangíveis, como grilhões de ferro. (ELIAS, 1994, p. 23)

Assim, não podemos compreender o sucesso dos jovens de classes populares estudantes de escolas, em sua grande maioria precarizadas, como um fator de

genialidade. Não se trata de gênios, pois a relação positiva construída com o saber escolarizado não se explica com a ideia de um sujeito formado como um cosmo natural e autônomo. Com Elias defendendo que “[...] o individuo só pode ser entendido em termos de sua vida em comum com os outros” (p.56).

O estrangulamento da crença de que a Universidade não é lugar de pobre parece ser um exemplo concreto da tessitura de redes sociais que extrapolam os lugares historicamente demarcados para os estudantes populares, desvela inconformismo e resistência ao instituído, e, a partir dos elos de construção de individualidades os estudantes assumem o desafio de ocupar um espaço do qual tem sido destituídos historicamente, por conta de uma construção sociopolítica que não reconhece nos grupos populares indicadores de pertença à educação superior.

Estar fisicamente nos espaços onde acontece a educação superior não é a única maneira de se estabelecer redes de relações entre Comunidade e Universidade. Partindo das ideias de Nobeit Elias (1994), quando discute a sociedade dos indivíduos, pressuponho existir redes de relações de jovens do ProUni com pessoas ou grupos de referência que contribuíram para a construção de pontes entre o estudante e a Universidade. Talvez, os estudantes não reconheçam estes vasos comunicantes nas suas redes de relações sociais legitimadas. São informações que podem estar no nível do inconsciente, compondo o que estamos conceituando como redes de relações subterrâneas. “[...] cada pessoa só pode dizer “eu” se e porque pode, ao mesmo tempo dizer nós” (1994, p.57). Isto significa dizer que, inevitavelmente, nos constituímos na relação com o outro.

Todavia, consideramos que estabelecer relações entre comunidade e Universidade não significa garantia de pertencimento. O impacto sofrido por José (29 ANOS, 2010), jovem com bolsa integral do ProUni, atesta a dificuldade de pessoas pauperizadas sentirem-se pertencentes a realidade das Faculdades privadas. O referido estudante relatou não ter suportado frequentar o curso de Jornalismo da FSBA – Faculdade Social da Bahia - pois considerava violenta a competição entre os colegas. “Eles eram muito riquinhos”, afirmava ter cansado de não se vestir a altura dos colegas e não ter o dinheiro para tirar as fotocópias. Essa foi uma das motivações da transferência do aluno para o curso de Pedagogia da mesma faculdade, espaço em que, de acordo com o jovem, sentia-se acolhido, “[...] porque o grupo se parece mais comigo”, afirmava o estudante (DIÁRIO DE CAMPO, 13 DE ABRIL 2010, AULA DE POLÍTICAS E PROJETOS SOCIAIS).

É compreensível que a ampliação das instituições de nível superior privadas tenham desencadeado uma concorrência desenfreada. As instituições que não cederam às propostas dos grupos estrangeiros, focados na transnacionalização³ mercantil, precisaram lidar com as constantes instabilidades financeiras comprometendo, muitas vezes, a qualidade do ensino e, mesmo assim, não escaparam da lógica mercantil vendendo educação como produto de qualidade questionável.

Esta realidade já era esperada dentro da perspectiva de análise de Santos (2005) quando tratava da Globalização Mercantil da Universidade e apontava como um dos níveis deste processo a transformação da Universidade e de outras IES⁴ privadas. Diz o autor que “[...] no seu conjunto, numa empresa, uma entidade que não produz apenas para o mercado, mas que se produz a si mesma como mercado” (2005, p.19).

Neste caso, as IES tomam a configuração de mercado de produção de “gestão, formação de docentes, avaliação e certificação”. Em se tratando, especificamente, das instituições privadas, o autor defende que o Estado não pode arcar com financiamentos, pois o seu compromisso deve ser com a regulação e fiscalização. Considerando que no Brasil o setor privado tem prestado serviço aos filhos das classes trabalhadoras e a grupos sociais discriminados, por meio, inclusive de programas de políticas públicas, é preciso que este fator não se torne “[...] uma arma de arremesso contra a exigência regulatória ” (SANTOS, 2005, p. 111).

A parceria entre Estado e o setor de ensino superior privado não pode se traduzir no fortalecimento do quadro estampado no cenário brasileiro, no qual algumas instituições têm história de atuação ética, solidária, sem fins lucrativos, comprometidas com a formação de qualidade dos alunos, mas a grande maioria está preocupada com lucros, comprometendo, assim, a formação dos seus alunos e arriscando tornarem-se verdadeiras fábricas de diplomas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Programa Universidade para Todos- ProUni já na sua identificação compromete-se com a democratização do ensino superior e se pretende educação de qualidade. Neste sentido, entendo que, na medida em que o Estado propõe esta parceria com o setor privado, também declara credibilidade nos serviços prestados aos

³ A transnacionalização das trocas Universitárias é um processo antigo do tempo em que estudantes de países periféricos e semiperiféricos deslocavam-se para estudar em países centrais e mais tarde estas trocas aconteceram por meio de parcerias entre diferentes Universidades. Portanto, Santos (2005) considera este processo quase que matricial, visto ter sido iniciado desde os tempos das Universidades medievais européias. Instituição de Ensino Superior

⁴ Instituição de Ensino Superior.

estudantes e torna-se cada vez mais premente o cumprimento da sua função, no sentido de regular e fiscalizar o trabalho desenvolvido por este setor.

A filosofia implícita no nome do programa diz da responsabilidade que o Estado assume com a democratização do ensino superior, e, portanto, não podemos esquecer o desafio implicado, sobretudo, quando se trata da qualidade da educação oferecida aos estudantes do ProUni e as condições de permanência. Sem desmerecer a relevância de programas dessa natureza para reparação de direitos negados a pessoas de classes populares, é preciso reconhecer que o bom êxito desta ação depende, sobremaneira, do posicionamento institucional assumido, no que se refere aos saberes interculturais, ao conhecimento científico, à postura política em relação às ações afirmativas.

Acredito ser fundante o reconhecimento de que a constituição do nosso Eu não pode prescindir da relação com outros “Eus”. Isso nos insere na compreensão de que a nossa individualidade é construída na interdependência com redes de relações com as quais nos vinculamos e, se jovens de classes populares conectados às redes de socialização de saberes particulares, aprendem a enfrentar os percalços gerados pela desigualdade socioeconômica que os afetam, desconstruindo, com sutileza, uma lógica normalizada (FOUCAULT, 2007), significa terem agregado saberes relevantes para compor uma ecologia de saberes que, como Santos (2009), estou julgado indispensável para a construção de uma nova racionalidade e talvez nos aproximando de uma epistemologia que não se baseia apenas no conhecimento científico. A circulação destas posturas na Universidade seria, no mínimo, um sinal de lucidez, o que estaria diretamente relacionado ao sentido de reparação de direitos negados aos grupos historicamente excluídos, ao tempo em que se reconheceria os sabres forjados nas redes de relações problematizadas aqui como subterrâneas.

REFERÊNCIAS

ELIAS, Nöbert. **Sociedade dos Indivíduos** Tradução Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do Poder*. Trad. Roberto Machado. São Paulo, 23. Ed: Edições Graal, 2007.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A Universidade do século XXI: para uma reforma democrática e emancipatória da Universidade**. São Paulo: Cortez 2005

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Renovar a teoria Crítica e reinventar a emancipação Social**: trad. Mouzar Benedito São Paulo: Boitempo, 2009